



## **“DA PORTEIRA PARA FORA”: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA NOVA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

**BECKER, Cláudio<sup>1</sup>; SACCO DOS ANJOS, Flávio<sup>2</sup>.**

*<sup>1</sup>Mestrando em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – Bolsista CNPq; <sup>2</sup>Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias – DCSA/FAEM/UFPEl  
Campus Universitário s/n – Caixa Postal 354 – CEP 96010-900. cldbecker@yahoo.com.br*

### **1. INTRODUÇÃO**

Sabe-se que no Brasil a extensão rural oficial cumpriu o papel de difundir tecnologias intensivas em capital que elevaram a produtividade da terra e do trabalho de forma acelerada, processo conhecido como modernização conservadora da agricultura, implantado no país a partir da década de 1960. Este modelo de agricultura que privilegiou a monocultura, a produção para exportação e provocou imensos problemas sociais e ambientais, começou a ser questionado a partir dos anos 80 do século XX. Neste contexto, a extensão rural é também objeto de contestação, cobrando-se principalmente uma mudança na metodologia utilizada pelos profissionais extensionistas, visando buscar maior participação dos agricultores e a construção de alternativas tecnológicas adequadas às especificidades ambientais e sócio-culturais de cada região. É neste panorama que emerge um movimento em prol da Agroecologia, considerada como uma nova abordagem dos processos agrícolas (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Após a extinção da Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, ocorrida em 1991, o serviço de ATER pública passa por seu período mais crítico. Contudo, em 2003 após uma discussão ampla com organizações e movimentos sociais ligados ao segmento da agricultura familiar, o governo federal define uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Tal política define os princípios que devem orientar a ação do extensionista rural no país, visando alcançar, principalmente, os serviços oficiais de extensão rural nos Estados membros da federação (MDA, 2004). Dentre as novas diretrizes estão: a adoção da Agroecologia<sup>1</sup> como referencial para as práticas agrícolas; o compromisso com a participação efetiva dos agricultores no planejamento e execução das ações extensionistas; a adoção de um enfoque

---

<sup>1</sup> Sobre o tema, ver entre outros Altieri (2001).

sistêmico na análise das unidades de produção, evitando a fragmentação do “olhar do extensionista”, direcionado tradicionalmente para os diversos cultivos e criações em separado, além de uma pedagogia crítico-construtivista, buscando implementar ações “para fora da porteira”, ou seja, atuar em aspectos externos à unidade produtiva, considerados estratégicos para a reprodução social dos agricultores (mercado, pesquisa, associativismo, etc.).

É, sobretudo com base neste último aspecto que elaboramos o presente trabalho, no qual nos propomos objetivamente a analisar as perspectivas em torno de uma experiência prática de ATER, desenvolvida pela Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda<sup>2</sup>, com sede em Pelotas, cuja área de abrangência envolve oito municípios do *Território Zona Sul do Estado-RS*. No exame das atividades propostas pelo projeto executado em 2008, encontramos basicamente quatro ações, as quais, visitas técnicas aos agricultores; consolidação de novos mercados; divulgação e propaganda; cursos de capacitação em cooperativismo.

Neste sentido, nos propomos a contribuir na avaliação dos novos rumos da extensão rural, em que pese o investimento público realizado em anos recentes. Coincidimos com outros autores no entendimento de que “somente as reflexões mais profundas podem contribuir para que os serviços de Ater continuem se aperfeiçoando” (CAPORAL & RAMOS, 2006). Assim sendo, procuramos confrontar os princípios da nova ATER com as atividades realizadas. Para tanto, nos indagamos sobre quais são especificamente as inovações advindas das novas diretrizes da ATER? Quais as limitações para uma extensão rural diferenciada, com base no enfoque agroecológico e participativo? As ações desenvolvidas trouxeram avanços do ponto de vista da relação dos agricultores com o mercado?

## 2. METODOLOGIA

A partir da análise documental, em especial do relatório final da execução do projeto intitulado *“Fomento à assistência técnica, capacitação e extensão para fortalecimento da produção agroecológica e consolidação da Rede de Comercialização Solidária, em contraposição à cultura do tabaco no território sul do Rio Grande do Sul”*, executado em 2008 pela Cooperativa Sul Ecológica e a ONG Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), realizou-se um confronto entre as ações previstas e os resultados obtidos. Fez parte ainda do instrumental metodológico, a observação participante, bem como o diálogo com os agricultores envolvidos no aludido projeto, além de avaliações individuais e coletivas sobre o projeto decorrentes de reuniões nos núcleos produtivos e encontros do conselho administrativo da cooperativa. Nestas oportunidades realizou-se uma síntese das informações recolhidas, as quais, em última análise, serviram de subsídio para a elaboração das considerações aqui apresentadas.

---

<sup>2</sup> Sobre a atuação desta Cooperativa que congrega agricultores ecologistas do extremo sul gaúcho, ver: BECKER et al, 2007.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Convém salientar que as ações desenvolvidas se inserem no contexto da diversificação produtiva nas regiões em que há predomínio da monocultura do fumo. Através da *Convenção Quadro de Controle do Tabaco*<sup>3</sup> busca-se uma reconversão dos produtores envolvidos nesta atividade, que possui significativa presença em municípios da microrregião de Pelotas.

Verifica-se nos anos recentes uma expansão ininterrupta da cultura do tabaco<sup>4</sup>, que em diversas localidades está presente em mais da metade dos estabelecimentos rurais. Neste cenário extremamente preocupante é que esteve inserido o projeto em análise. Portanto, mais do que averiguar os resultados advindos da execução das atividades de ATER, é necessário compreender a conjuntura em que estas famílias rurais estão inseridas. Assim sendo, a capacitação e o apoio à comercialização são dois fatores indispensáveis para a diversificação.

A venda da produção é um fator que sempre traz um nível de insegurança aos agricultores familiares, ao menos para aqueles que não possuem contratos de integração vertical, como é o caso dos agricultores ecologistas. Desta forma, garantir canais de abastecimento e novos pontos de comercialização foi uma das metas principais estabelecidas pelos coordenadores do projeto. Verificou-se que através de um planejamento de produção semestral realizado junto a cada cooperado (cento e dez ao total), foi possível definir o volume de produção e as estratégias em torno da colocação dos produtos nos mercados. Esta atividade resultou no abastecimento de dois supermercados, no aperfeiçoamento das feiras-livres e aprimoramento dos canais de comercialização já existentes (atacados, restaurantes, mercado institucional). Desta forma, avalia-se positivamente esta ação, pois auxiliou a superar a velha dicotomia rural-urbano, ao passo que objetivou uma interação com os consumidores urbanos, através da divulgação e valorização do trabalho dos agricultores na produção de alimentos mais saudáveis.

A capacitação dos agricultores familiares se apresenta como uma necessidade no enfrentamento das adversidades do mundo contemporâneo. Muito embora, certas ocasiões haja uma tentativa de desqualificar o conhecimento do agricultor e convencê-lo a ser um “profissional” em sua atividade. Observou-se que este não foi obviamente o propósito da formação oferecida aos agricultores contemplados. A atividade preconizou a compreensão do cooperativismo, principalmente em relação ao seu caráter dual, em que ao mesmo tempo o cooperado é dono e usuário da sociedade cooperativa, reforçando ainda o aspecto da participação e do pertencimento, para o êxito desta.

---

<sup>3</sup> A *Convenção Quadro* (ratificada pelo governo brasileiro em 2005) é um instrumento legal, sob forma de um tratado internacional, no qual os Estados signatários concordam em empreender esforços para circunscrever a epidemia causada pelo tabaco, reconhecida como um problema global com conseqüências graves para a saúde pública.

<sup>4</sup> Com base nos dados do IBGE, se tomarmos o número de produtores de tabaco em São Lourenço do Sul no ano de 2007 e o dividirmos pelo total de estabelecimentos familiares, teremos um resultado de 0,87, ou seja, o cultivo do fumo estaria presente em 87% das propriedades. No entanto, este percentual tem de ser relativizado, pois há casos com mais de um produtor por unidade de exploração, o que por sua vez não ameniza a intensa presença desta monocultura no município.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consegue-se inferir que as ações do projeto estiveram alinhadas com as proposições da nova ATER, mas que os desafios colocados à esta inovação na extensão rural também não são poucos. Afinal, tanto extensionistas, quanto agricultores necessitam estabelecer uma nova relação de aprendizado mútuo, o que geralmente não é tarefa fácil.

Podemos afirmar que existe uma enorme complexidade em se trabalhar com os novos princípios da ATER. Primeiramente pelo fato de cada unidade produtiva ter a sua própria dinâmica de funcionamento e acesso a recursos (mão de obra, capital, solo, água), fatores estes que têm de ser considerados na medida em que condicionam toda a atividade de extensão rural. Em segundo lugar, as ações alicerçadas na Agroecologia (uma ciência em construção) ainda possuem certas restrições (muito embora o cenário atual esteja bem mais favorável em relação há anos pretéritos), o que causa ligeira incerteza nos rumos a serem seguidos.

Embora haja um esforço no sentido de integrar ações, este exame evidenciou a necessidade de uma maior interação entre os diferentes instrumentos de política pública, conjugando a ATER com o crédito rural, a comercialização e aquisição de alimentos, entre outras. Geralmente há uma fragmentação destes programas, culminando em iniciativas promissoras de desenvolvimento rural, contudo isoladas, que por este motivo não alcançam a devida visibilidade.

Algumas potencialidades foram identificadas na realização desta investigação, como é o caso da demanda crescente por alimentos oriundos de sistemas de produção de base ecológica. Por outra parte, ficou demonstrado que a Agroecologia pode auxiliar no resgate do papel transcendental da agricultura familiar, não sendo esta apenas uma nova forma de produzir alimentos de qualidade, dado que permite a viabilidade econômica da exploração e proteção do patrimônio ambiental, cultural e paisagístico (VIAN e SACCO DOS ANJOS, 2007).

Notou-se ainda uma ampliação da possibilidade de acesso a mercados e a busca constante pela organização produtiva de forma coletiva, como estratégias de enfrentamento aos desafios para o desenvolvimento rural. Neste processo, a atuação da extensão rural possui um papel crucial.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3ª ed., Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 2001.

BECKER, C.; CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F. Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da Cooperativa Sul Ecológica. In: XVI Congresso de Iniciação Científica e IX Encontro de Pós-Graduação, 2007, Pelotas. **Anais (cd room)...** Pelotas, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão Rural convencional à extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar desafios para romper a**

inércia. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, Brasília-DF, MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

SUL ECOLÓGICA. *“Fomento à assistência técnica, capacitação e extensão para fortalecimento da produção agroecológica, em contraposição à cultura do tabaco no território sul do Rio Grande do Sul”*. Pelotas, 2008. (Relatório final de projeto)

VIAN, C. E.; SACCO DOS ANJOS, F. Caminhos e descaminhos da produção orgânica: duas experiências de certificação no sudeste e sul do Brasil. In: XLV CONGRESSO DA SOBER. **Anais (cd room)**... Londrina, 2007.